

CÂMARA MUNICIPAL

# Odielas

## Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 7 / 2017

4 de abril de 2017



**FICHA TÉCNICA:**

**Diretor:** Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,  
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

**Propriedade e Edição:** Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,  
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

**Coordenação, Layout e Paginação:** Câmara Municipal de Odivelas  
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

**Periodicidade:** Quinzenal

**Data de publicação:** 4 de abril de 2017

**Tiragem:** 20 Exemplares

**N.º de Depósito Legal:** 263350/07

Distribuição Gratuita

**Fotos de capa:** 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,  
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,  
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,  
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

**Telefone:** 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: [www.cm-odivelas.pt/](http://www.cm-odivelas.pt/)



## ÍNDICE

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 22 de março de 2017

	Página
Voto de Congratulação	7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
Fornecimento de Energia Elétrica a Instalações/ Equipamentos Municipais e Instalações de Iluminação Pública em Regime de Mercado Livre	7
Abertura de procedimento de alteração regulamentar para revisão do Regulamento da Start In Odivelas - Incubadora de Empresas	8
Abertura de procedimento para o Concurso Gastronómico “Mesa Saloia” e o correspondente “Regulamento do Concurso Odivelas”	8
Minuta de “Contrato de Prestação de Serviços na Área de Seguros” - Concurso Público n.º 27/2016	8
Atribuição de Fichas de Trabalho aos alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do Concelho de Odivelas para o ano letivo de 2017/2018	9
Revogação do Protocolo celebrado entre o Município de Odivelas e a Fundação Vodafone Portugal	9
Protocolo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Fundação Vodafone Portugal	9
Adenda ao Protocolo de Parceria no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado do Concelho de Odivelas	11
Atribuição de um subsídio económico ao Governo da Região Autónoma do Príncipe, da República Democrática de São Tomé e Príncipe	13
Aceitação de patrocínio da empresa CIMAI, Engenharia e Química Avançada S.A.	13
Cedência de Transporte Municipal à Associação de Feirantes do Distrito de Lisboa	13
Cedência de Transporte Municipal à Paróquia de Odivelas	13
Obras de urbanização da fase B do alvará de licença de loteamento n.º 02/2012, em nome de Odivel-Lar, Sociedade Construções, Lda., na Av.ª das Acácias, Arroja, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	14
Indeferimento da alteração ao pedido de licença de loteamento, na Rua Amália Rodrigues, na Ramada	14
Alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2000, no Bairro Sítio da Várzea para o lote 5, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	14
Alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89, no Bairro Novo do Trigache, para os lotes 2, 10A, 15, 16, 21, 25 e 67, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	14
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 558, da Rua Padre António Vieira, lote 558, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 604, da Rua Padre António Vieira, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	15



	Página
<b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	
DESPACHOS	16
EDITAIS	17
AVISOS	19
 <b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	
<b>5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</b> realizada em 29 de março de 2017	
“Proposta de Procedimento por Concurso Público para a Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza e Fornecimento de Consumíveis - Agrupamento de Entidades”	55
Abertura de Concurso Público para o Fornecimento de Energia Elétrica a Instalações/Equipamentos Municipais e Instalações de Iluminação Pública em Regime de Mercado Livre	55
Pontos 4 e 5 discutidos numa próxima sessão da Assembleia Municipal de Odivelas	55



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## CÂMARA MUNICIPAL

### 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 22 de março de 2017

#### DELIBERAÇÕES

#### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

##### ACADEMIA DE PATINAGEM DE ODIVELAS

“Realizou-se no passado fim-de-semana, o Campeonato Nacional de Patinagem, em pleno Pavilhão da Universidade do Minho, em Braga, onde a equipa Odivelas Show Team protagonizou uma brilhante participação, tornando-se Campeã Nacional na categoria de Grupos Grandes.

A equipa da Academia de Patinagem de Odivelas conquistou, assim, o seu primeiro título nacional da história, após uma prestação de grande qualidade dos patinadores odivelenses. Esta recém-criada equipa de patinagem logra assim alcançar um importante feito que a colocará na rota do Campeonato da Europa da modalidade que terá lugar em França, no final do próximo mês de abril.

Mais uma vez, o nome do Concelho de Odivelas é alvo de notícia pelas melhores razões e será representado fora de portas e ao mais alto nível, num dos maiores palcos internacionais em termos desportivos.

O Executivo Municipal felicita todos os atletas do Odivelas Show Team, a Equipa Técnica e a Direção da Academia de Patinagem de Odivelas, reconhecendo a capacidade e a qualidade de todos os Atletas, pelo esforço e empenho que protagonizaram nesta sua esplêndida atuação no Campeonato Nacional de Show e Precisão de Patinagem Artística. Este é, sem dúvida, mais um importante passo para a dignificação do Desporto em Odivelas e para a promoção desta modalidade em particular.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 22 de março de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

#### ATAS

##### ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 1 de julho de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 1 de julho de 2015)

##### ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 29 de julho de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 29 de julho de 2015)

##### ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 17.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 7 de setembro de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 7 de setembro de 2016)

#### CONCURSO PÚBLICO

##### FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Fornecimento de Energia Elétrica a Instalações/ Equipamentos Municipais e Instalações de Iluminação Pública em Regime de Mercado Livre, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/1489, de 2017.02.06:

1. Abertura do concurso público para fornecimento de energia elétrica a instalações/equipamentos municipais e



instalações de iluminação pública em regime de mercado livre;

2. Autorização da despesa no montante de 6.897.832,49€, (seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e dois euros e quarenta e nove centavos) acrescido de Iva;

3. Autorização do contrato a celebrar por um período de vigência de 3 anos;

4. Aprovação das peças de procedimento: Programa de Concurso e Caderno de Encargos;

5. Aprovação da composição do júri, o qual integrará os membros efetivos e os membros suplentes.

**Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal**

**(Aprovado por unanimidade)**

## REGULAMENTOS

### REGULAMENTO DA START IN ODIVELAS

Abertura de procedimento de alteração regulamentar para revisão do Regulamento da Start In Odivelas – Incubadora de Empresas, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/2909, de 2017.03.14:

-Publicitação desta iniciativa procedimental, incluindo o respetivo Anteprojeto de revisão do Regulamento, que deverá ser efetuada no sítio do Município de Odivelas, nos termos do art.º 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), com indicação de que os interessados com legitimidade processual (art.º 68.º do CPA) se poderão constituir como tal no procedimento, no prazo geral de 10 dias, a contar da data da publicitação, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas;

-Audiência dos Interessados, para recolha de sugestões decorra no prazo de 30 dias a contar da data da publicitação no sítio do Município de Odivelas, nos termos do artigo 100.º e 101.º do CPA;

-Delegação do poder de direção do procedimento no Chefe da Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participados, tendo em vista a elaboração do projeto definitivo de Regulamento, a submeter à deliberação municipal.

*(Regulamento da Start In Odivelas aprovado na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2014 e na 11.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas de 2017)*

*2014 – deliberações publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7/2014 e no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11/2014, respetivamente)*

**Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal, após decorrido o período para a audiência dos interessados**

**(Aprovado por maioria)**

### REGULAMENTO DE CONCURSO GASTRONÓMICO

Abertura de procedimento para o Concurso Gastronómico “Mesa Saloia” e o correspondente “Regulamento do Concurso Odivelas”, o qual deverá ser objeto de apreciação pública (nos termos do disposto no artigo 98.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo) e aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/2407, de 2017.03.02.

**Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal, após decorrido o período para apreciação pública**

**(Aprovado por maioria)**

## SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

### MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS – CONCURSO PÚBLICO N.º 27/2016 PROCESSO 7/DM/2017

Minuta de “Contrato de Prestação de Serviços na Área de Seguros” – Concurso Público n.º 27/2016, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/2848, de 2017.03.13. A minuta do referido contrato foi remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/6698/2017 de 2017.03.10, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), em cumprimento da deliberação do Conselho de administração dos SIMAR em 10 de março de 2017 na sua 61.ª reunião ordinária e no âmbito da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Odivelas na sua 2.ª reunião ordinária, realizada no dia 25 de janeiro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3 de 2017*, página 10).

**(Aprovado por unanimidade)**





## FICHAS DE TRABALHO PARA ALUNOS

**ATRIBUIÇÃO DE FICHAS DE TRABALHO AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE ODIVELAS ANO LETIVO 2017/2018**

Atribuição de Fichas de Trabalho aos alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do Concelho de Odivelas para o ano letivo de 2017/2018, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/2574, de 2017-03-07:

“(…) propõe-se que para o próximo ano letivo de 2017/2018, sejam distribuídas gratuitamente as fichas de trabalho a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, cujo número total estimado é de 5567 alunos.

À semelhança dos anos letivos anteriores, propõe-se que seja desencadeado um procedimento de aquisição e fornecimento das fichas de trabalho a um fornecedor que possua capacidade de distribuição dos mesmos em cada escola do 1º ciclo.

Mais se propõe que o processo de aquisição, caso se justifique, seja faseado, em função quer do número de alunos previsto para frequência no início do ano letivo 2017/2018, quer de eventuais entradas tardias e mobilidades de alunos no sistema educativo durante o 1º período letivo, ressalvando-se as eventuais alterações normativas que possam ter implicações diretas no número de fichas de trabalho a adquirir, aquando da abertura de procedimento.

Assim, estima-se que a verba para aquisição das fichas de trabalho para o ano letivo 2017/2018 seja de € 174.312,00 (Cento e setenta e quatro mil, trezentos e doze euros), valor com IVA incluído à taxa legal em vigor (6%), conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - Estimativa de custos para atribuição de Fichas de Trabalho aos alunos do 1º CEB - Ano Letivo 2017/2018

Ano de Escolaridade	Nº Fichas de Trabalho previstas por Disciplina				Total de Fichas de Trabalho previstas	Custo global estimado (a)
	Português	Matemática	Estudo do Meio	Inglês		
1.º Ano	1450	1450	1450		4350	39.150,00 €
2.º Ano	1450	1450	1450		4350	39.150,00 €
3.º Ano	1364	1364	1364	1364	5456	49.104,00 €
4.º Ano	1303	1303	1303	1303	5212	46.908,00 €
Totais	5567	5567	5567	2667	19368	174.312,00 €

(a) Custo global estimado tendo por base o preço médio por ficha de trabalho de 9,00€ c/ IVA incluído a 6%

(...)” (Informação n.º Interno/2017/2574 de 2017.03.07)

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROTOCOLO

**REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL**

Revogação do Protocolo celebrado entre o Município de Odivelas e a Fundação Vodafone Portugal, no âmbito do Projeto Municipal “Novas Tecnologias e Internet Sénior Vertente Formativa”, em 2 de janeiro de 2012, aprovado na 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 21 de Junho de 2011 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12 de 2011*, página 20), de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/2826, de 2017.03.13,

**(Aprovado por unanimidade)**

**CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL NO ÂMBITO DO PROJETO MUNICIPAL “NOVAS TECNOLOGIAS E INTERNET SÉNIOR”**

Protocolo a celebrar entre o Município de Odivelas e a Fundação Vodafone Portugal, no âmbito do Projeto Municipal “Novas Tecnologias e Internet Sénior”, cujo objetivo é estabelecer as bases de colaboração recíproca, por forma a assegurar a continuidade das ações de formação em novas tecnologias e internet, através do programa Geração NetSenior que se realiza nas instalações da Vodafone Portugal, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/2826, de 2017.03.13.

**“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL NO ÂMBITO DO PROJETO “NOVAS TECNOLOGIAS E INTERNET SÉNIOR”**

Considerando que,

I. A Câmara Municipal de Odivelas tem como missão contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, visando criar uma sociedade mais inclusiva, com um tecido empresarial dinâmico e competitivo, uma cultura mobilizadora, espaços públicos aprazíveis e apostar na sustentabilidade ambiental e nos novos domínios do conhecimento e tecnologias ao serviço de todos;

II. Hoje em dia, envelhecer com qualidade constitui um dos mais importantes desafios que se colocam à nossa responsabilidade coletiva e individual e que a Câmara Municipal de Odivelas, consciente da relevância do seu papel nesta matéria, tem vindo a desenvolver uma intervenção cada vez mais integrada e continuada junto da população sénior do Concelho, através da implementação



de inúmeros programas, projetos e ações, especialmente dirigidos aos munícipes com 55 ou mais anos, visando a criação de condições para seu desenvolvimento pessoal e social e/ou envelhecimento ativo;

III. A Fundação Vodafone Portugal tem por missão a promoção e desenvolvimento da Sociedade da Informação;

IV. A Fundação Vodafone Portugal, apoia iniciativas ou projetos em áreas tão diversas como a inclusão através do acesso às tecnologias da informação, a saúde, a defesa do ambiente, a promoção da formação e ensino, a investigação científica e a proteção civil e segurança;

V. A utilização das Novas Tecnologias e Internet por parte da população sénior contribui para a obtenção de informação e possibilita uma aprendizagem constante ao longo da vida;

VI. Existem barreiras que ainda prevalecem na utilização e acesso por parte da população sénior às Novas Tecnologias e Internet, relacionadas, por exemplo, com os custos associados, com a complexidade das tecnologias ou com a baixa escolaridade;

VII. A Internet quando utilizada com conhecimento pode legitimamente ser entendida, salvo exceções específicas, como um fator de inclusão social, podendo, de igual modo, contribuir para facilitar o dia-a-dia dos seniores (pagamento de serviços diversos, marcação de exames, emissão de documentos, acesso a contas bancárias, etc.);

VIII. Trata-se, pois, de um Programa cujo mérito é reconhecido não só pelos signatários do presente protocolo, mas também pelos formandos que ao longo dos últimos seis anos têm frequentado a formação, o qual pretende a FVP, em linha com o seu plano estratégico, continuar a apoiar nos próximos anos.

Assim, entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes – na Quinta da Memória, 675-372, Odivelas, pessoa coletiva número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado como Primeiro Outorgante;

e,

A FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL com Sede na Av. D. João II, Lote 1.04.01, 8º Piso – Parque da Nações, 1998-017 Lisboa, contribuinte n.º 505263416, representada neste ato pela Presidente da Comissão Executiva, Luísa Pestana, na qualidade de Segundo Outorgante e pelo Vogal Francisco Pereira do Valle, adiante também designada por Fundação Vodafone;

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as Partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

#### Cláusula Primeira (Âmbito)

O presente protocolo visa celebrar uma parceria entre as duas entidades Outorgantes, cujo objetivo é estabelecer as bases de colaboração recíproca, por forma a assegurar a continuidade das ações de formação em novas tecnologias e internet, através do programa Geração NetSénior que se realiza nas instalações da Vodafone Portugal.

#### Cláusula Segunda (Obrigações das Partes)

1. Compete ao Município de Odivelas, através da sua Câmara Municipal, enquanto Parceiro do Programa Geração NetSénior:

- a) Assegurar a seleção dos formandos;
- b) Assegurar as condições logísticas necessárias à boa prossecução do Programa, em estreita articulação com a Fundação Vodafone, nomeadamente o transporte dos formandos de e para as instalações da Vodafone Portugal;
- c) Acompanhar e/ou coordenar todo o trabalho de identificação e seleção dos formandos que irão frequentar o Programa Geração NetSénior, informando a Fundação Vodafone com a antecedência de 8 dias da constituição das turmas que frequentam o programa de formação;
- d) Assegurar o número mínimo de 8 formandos e o máximo de 10 formandos para cada curso do programa geração Net Senior.

2. Compete à Fundação Vodafone:

- a) Disponibilizar um espaço nas suas instalações, bem como as condições adequadas para a realização das ações de formação;
- b) Disponibilizar um formador que assegure a realização do programa Geração NetSénior;
- c) Assegurar a realização do programa Geração NetSénior, às segundas, quartas e sextas-feiras, entre as 9:30 horas e as 12:00 horas, durante quatro semanas. Este horário poderá ser ajustado, desde que acordado entre os outorgantes.

#### Cláusula Terceira (Alterações)

As alterações ao presente Protocolo só poderão ser feitas mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.



Cláusula Quarta  
(Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos outorgantes, o presente Protocolo de Cooperação tem a duração de 1 (um) ano, iniciando-se a sua vigência na data da sua assinatura, e após publicação no Boletim Municipal, sendo renovado sucessiva e automaticamente por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Quinta  
(Incumprimento e Resolução)

Havendo incumprimento das obrigações decorrentes do presente Protocolo, poderá a Parte lesada resolvê-lo, sem prejuízo do direito à indemnização a que o referido incumprimento possa dar lugar. A resolução deverá ser notificada à Parte faltosa, através de carta registada com aviso de receção, operando automaticamente a contar da data da sua receção.

Cláusula Sexta  
(Comunicações)

Sem prejuízo do disposto na cláusula Quinta, as restantes comunicações entre as Partes a efetuar ao abrigo do presente Protocolo, devem ser feitas por escrito, mediante correio eletrónico, carta ou telefax e dirigidas para os seguintes endereços ou postos de receção:

	Município de Odivelas	Fundação
Nome da Parte	Câmara Municipal de Odivelas	Fundação Vodafone Portugal
Ponto de contacto	Dra. Lúcia Santos	Dr.ª Luísa Pestana
Morada	Rua Laura Alves, n.º 5 – 3º Piso, Urbanização da Ribeirada 2675 – 608 ODIVELAS	Av. D. João II, n.º 36, Parque das Nações 1998-017 Lisboa
Endereço de correio eletrónico	lucia.santos@cm-odivelas.pt	fundacao.pt@vodafone.com
Número de Telefax	219 320 355	210915252

Cláusula Sétima  
(Foro Competente)

1. Qualquer litígio emergente da aplicação e interpretação do presente Protocolo será da competência exclusiva do Tribunal da Comarca de Lisboa.

2. O presente Protocolo rege-se pela Lei Portuguesa, segundo a qual deverá ser sempre interpretado e de cuja validade a execução depende.

O presente Protocolo é feito em dois exemplares, ambos valendo como originais, os quais vão assinados pelas partes outorgantes, sendo um exemplar entregue a cada uma delas.

Odivelas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

\_\_\_\_\_  
(Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins)

Fundação Vodafone Portugal

\_\_\_\_\_  
(Dra. Luísa Pestana)

\_\_\_\_\_  
(Dr. Francisco Pereira do Valle)''

**(Aprovado por unanimidade)**

**ADENDA A PROTOCOLO**

**ADENDA AO PROTOCOLO DE PARCERIA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL INTEGRADO DO CONCELHO DE ODIVELAS**

Adenda ao Protocolo de Parceria no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado do Concelho de Odivelas, aprovado na 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 9 de março de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5 de 2016*, página 10), e celebrado em 09 de Março de 2016. O referido protocolo apresenta como principal objetivo a operacionalização de uma parceria que permita assegurar a prestação de um serviço de atendimento e acompanhamento social integrado com o intuito de apoiar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A proposta de Adenda ao protocolo tem por base a integração de dois parceiros, a AMOVALFLOR – Associação de Moradores do Bairro do Vale do Forno e a Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/2757, de 2017-03-10, e conforme minuta da Adenda.

“Adenda ao Protocolo de Parceria celebrado no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, do Concelho de Odivelas

Considerando que:

- Em 9 de março de 2016, a Câmara Municipal de Odivelas aprovou na sua 5.ª reunião ordinária a celebração de um Protocolo de Parceria no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI), tendo o mesmo sido assinado no dia 18 de março do mesmo ano;



- Este Protocolo se encontra em vigor e não impede que outras entidades a ele se associem;

- A “AMOVALFLOR - Associação de Moradores do Vale do Forno”, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua da Escola, lote 308, Bairro do Vale do Forno, em Odivelas, representada, neste ato, por Francisco Ribeiro Neto Madeira, Presidente do Conselho Executivo;

- A “Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede no Instituto de Odivelas, Largo D. Dinis, em Odivelas, representada neste ato, por Joaquina Maria Seara Marques Cadete Phillimore, Presidente da Direção.

Vêm os outorgantes do presente Protocolo, nos termos da sua cláusula XVI, aceitar que as entidades de intervenção local acima referidas: “AMOVALFLOR - Associação de Moradores do Vale do Forno” e “Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas” integrem o referido Protocolo, tendo a sua participação sido validada pelo Conselho de Parceiros, conforme emails que se juntam.

A presente adenda vai ser assinada por todos os parceiros, incluindo os novos que agora aderiram, ficando um exemplar na posse de cada um dos mesmos.

Odivelas, (data)

Instituto da Segurança Social, IP  
A Diretora do Centro Distrital de Lisboa  
*Isabel Maria dos Santos Morgado da Costa Saldida*

O Município de Odivelas  
O Presidente  
*Hugo Martins*

Junta de Freguesia de Odivelas  
O Presidente  
*Nuno Gandêncio*

União das Freguesias da Pontinha e Famões  
A Presidente  
*Corália Rodrigues*

União das Freguesias da Ramada e Caneças  
O Presidente  
*Ilídio Ferreira*

União das Freguesias da Póvoa Stº Adrião e Olival Basto  
O Presidente  
*Rogério Breia*

Centro Comunitário e Paroquial da Ramada  
O Presidente  
*Padre Jorge Sobreiro*

Centro Social Paroquial da Póvoa de Stº Adrião  
O Presidente  
*Padre Rui Valério*

Centro de Reformados, Pensionistas e Idosos da  
Póvoa de Stº Adrião  
O Presidente  
*Francisco José Pires*

Comissão Unitária de Reformados,  
Pensionistas e Idosos de Caneças  
O Presidente  
*Mário Rui Martins*

Centro Comunitário e Paroquial de Famões  
O Presidente  
*Padre Ricardo Jorge Salvador Ferreira*

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lisboa  
O Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa  
*Luís Eduardo da Silva Barbosa*

Associação RUTE - Associação de Solidariedade Social  
O Presidente  
*António Manuel Gonçalves*

Associação de Psicologia – PsicoMindCare  
A Presidente da Direção e a Diretora Clínica  
*Susana Simões e Helena Coelho*



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima  
A Secretária Geral  
*Carmen Rasquete*

Hospital Beatriz Ângelo  
O Administrador Executivo  
*Artur Morais Vaz*

Centro de Respostas Integradas de Lisboa Oriental/  
DICAD/ ARSLVT  
O Coordenador Técnico do CRI  
*Pedro Marques Catita*

Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas  
A Presidente,  
*Joaquina Cadete*

Amovalflor - Associação de Moradores do Vale do Forno  
O Presidente,  
*Francisco Madeira*

”

**(Aprovado por maioria)**

## SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

### ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ECONÓMICO AO GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE

Atribuição de um subsídio económico ao Governo da Região Autónoma do Príncipe, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, até ao valor de €5.000,00 (cinco mil euros), correspondente ao valor da compra de material, solicitado por esse Governo, para auxiliar à reconstrução das regiões afetadas pelas cheias, ocorridas em outubro de 2016, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no seguimento do Acordo de Geminação e Acordo de Cooperação entre o Governo dessa Região e o Município de Odivelas, de 22 de setembro de 2008, de acordo com a Proposta n.º 3/PRES/2017, de 2017.03.15.

*(Acordo de Geminação e Acordo de Cooperação aprovado na 5.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2008 e na 4.ª Sessão Ordinária, 1.ª reunião, da Assembleia Municipal de Odivelas de 2008 – deliberações publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 17/2008 e no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 18/2008, respetivamente)*

**(Aprovado por unanimidade)**

### ACEITAÇÃO DE PATROCÍNIO EQUIPA DE NATAÇÃO SINCRONIZADA DA PISCINA MUNICIPAL

Aceitação de patrocínio da empresa CIMAI, Engenharia e Química Avançada S.A., em parceria com a empresa Creative Sports, para fornecimento de 20 kits de equipamento desportivo à equipa de natação sincronizada da Piscina Municipal de Odivelas, no valor de €1.584,00 (IVA não incluído), em contrapartida da publicidade da empresa CIMAI colocada nos equipamentos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1242, de 2017.01.31.

**(Aprovado por unanimidade)**

### CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de Transporte Municipal à Associação de Feirantes do Distrito de Lisboa, no dia 30 de maio de 2017, para deslocação ao santuário de Fátima, no âmbito da comemoração do Dia Nacional do Feirante, com um custo estimado em €250,30 (duzentos e cinquenta euros e trinta centavos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/2487, de 2017.03.03.

**(Aprovado por unanimidade)**

### CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de Transporte Municipal à Paróquia de Odivelas, nos dias 1 e 2 de julho de 2017 (ida e volta, respetivamente), para deslocação a Ferreira do Zêzere, no âmbito da realização de um Retiro de Crismandos, com um custo estimado em €435,60 (quatrocentos e trinta e cinco euros e sessenta centavos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/2580, de 2017.03.07.

**(Aprovado por unanimidade)**





## PROCESSOS PARTICULARES

### **OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA FASE B DO ALVARÁ 02/2012 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES AVENIDA DAS ACÁCIAS, ARROJA PROCESSO N.º 8231/LO**

Nos termos e de acordo com a informação do serviço de licenciamento de obras particulares com o n.º 12/APV/2017, de 2017.03.02, relativa às obras de urbanização da fase B do alvará de licença de loteamento n.º 02/2012, em nome de Odivel-Lar, Sociedade Construções, Lda., na Av.ª das Acácias, Arroja, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, é proposto:

- A homologação do auto de vistoria constante de folhas 2746 a 2751 do processo n.º 8231/LO;
- A receção provisória das obras de urbanização da fase B relativas ao alvará de loteamento n.º 02/2012, nas exatas condições referidas na informação anexa à presente proposta constante de folhas 2750 a 2753;
- A redução do valor da caução, através do distrato da hipoteca voluntária que foi prestada sobre o lote H1, mantendo-se a hipoteca voluntária sobre o lote H2, no valor de € 1.094.998,03 (um milhão, noventa e quatro mil novecentos e noventa e oito euros e três cêntimos), suficiente para garantir as obras de urbanização em falta.

**(Aprovado por maioria)**

### **INDEFERIMENTO DA ALTERAÇÃO AO PEDIDO DE LICENÇA DE LOTEAMENTO, RUA AMÁLIA RODRIGUES UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 10709/L**

Indeferimento da alteração ao pedido de licença de loteamento, na Rua Amália Rodrigues, na Ramada, apresentada pelo requerente Sociedade de Construções Martins Dias, Lda., aprovada na 3ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27 de julho de 2011 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2011*, página 29), conforme consta na informação técnica do serviço de licenciamentos de obras particulares com o n.º 07/TP/2017 de 2017.03.07 e de acordo com o proposto na informação n.º 18/APV/2017 de 2017.03.08 constante na folha 1324 do processo n.º 10709/L.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2000 BAIRRO SÍTIO DA VÁRZEA, LOTE 5 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 3180/RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2000, no Bairro Sítio da Várzea para o lote 5, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Maria João Delgado Catarino. A alteração tem como objetivo alterar os parâmetros urbanísticos definidos para o lote 5, por forma a viabilizar a legalização da construção existente no lote, nos termos da informação técnica do serviço de reabilitação e reconversão urbana n.º do serviço 10/MJC/DRRU/DGOU/17, de 2017.03.13, e de acordo com o proposto na informação n.º 3180/RC, de 2017.03.13, constante na folha 2089 do processo n.º 3180/RC, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;
- Aceitação do valor de 21.729,01€ (vinte e um mil, setecentos e vinte e nove euros e um cêntimo), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (139,80m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

**(Aprovado por maioria)**

### **ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/89 BAIRRO NOVO DO TRIGACHE, LOTES 2, 10A, 15, 16, 21, 25 E 67 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 29896/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89, no Bairro Novo do Trigache, para os lotes 2, 10A, 15, 16, 21, 25 e 67, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de José Augusto Soares Simões e Outros. A alteração tem como objetivo alterar os parâmetros urbanísticos definidos para os lotes mencionados tendo em vista a legalização das construções existentes, nos termos da informação técnica do serviço de reabilitação e reconversão urbana n.º 10/MJC/DRRU/DGOU/17, de 2017.03.02, e de acordo com o proposto na informação n.º 29896/OM, de 2017.03.09, constante a folhas 1981 do processo n.º 29896/OM, nas seguintes condições:



- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Gênese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 15.757,84€ (quinze mil, setecentos e cinquenta e sete euros e oitenta e quatro centavos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (103,70m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 558  
ALVARÁ Nº 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 558, da Rua Padre António Vieira, lote 558, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10925 de 2017.02.22 do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Joaquim Dias Aranha, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 6.219,87 (seis mil, duzentos e dezanove euros e oitenta e sete centavos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 4/2011/DRU, conforme consta na informação técnica n.º 27/RO/DRRU/DGOU/2017 de 2017.03.02 e de acordo com o proposto na informação n.º 21.2017, de 2017.03.03.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 604  
ALVARÁ Nº 4/2011**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 604, da Rua Padre António Vieira, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10292 de 2017.02.24, do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Manuel Martins Nunes, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de €6.611,68 (seis mil, seiscentos e onze euros e sessenta e oito centavos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de

loteamento n.º 4/2011/DRU, conforme consta na informação técnica n.º 28/RO/DRRU/DGOU/2017 de 2017.03.02 e de acordo com o proposto na informação n.º 24.2017, de 2017.03.03.

**(Aprovado por unanimidade)**



## UNIDADES ORGÂNICAS

## OUTROS DESPACHOS

### DESPACHOS

### PRESIDÊNCIA

#### DESPACHO N.º 12/PRES/2017

Assunto: Tolerância de ponto

Considerando a tradição existente no sentido da concessão de tolerância de ponto nos serviços públicos na época da Páscoa, pela relevância que a mesma assume enquanto momento de reunião familiar, determino, nos termos da competência que me é atribuída pela al. a), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores municipais ou no dia 13 de abril ou no dia 17 de abril, ambos de 2017, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços, ficando a cargo dos respetivos dirigentes a gestão da forma como esta dispensa se poderá processar, em cada uma das referidas datas.

Ficam excecionados do presente despacho, os trabalhadores municipais que exercem funções na Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos Polos, aos quais é concedida tolerância de ponto no dia 15 de abril de 2017, sábado de Páscoa, atendendo a que se prevê uma menor afluência de utentes a estes equipamentos.

Ficam excecionados do presente despacho, os trabalhadores da Loja do Cidadão que, pela especificidade desse espaço, usufruirão de tolerância de ponto, nos termos a acordar entre os trabalhadores e a coordenação da Loja, bem como os serviços que atenta a imprescindibilidade do seu funcionamento, não possam dispensar os seus trabalhadores, caso em que os mesmos usufruirão da referida dispensa em momento posterior, a acordar com o respetivo superior hierárquico.

Solicito, todavia, a divulgação deste despacho na Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos Polos, mediante afixação nas respetivas portas, para que o mesmo seja do conhecimento antecipado dos Municípes.

Odivelas, 29 de março de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

#### DESPACHO N.º 02/SMPC/2017

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência ou do expediente necessário à mera Instrução de processos no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil

Nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no período de 20 março a 23 de abril de 2017 no Assistente Técnico, Eng. Fernando Manuel Rebelo Luís Moraes a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução de processos no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Odivelas, 20 de março de 2017

O Coordenador do SMPC

Luís Gomes da Costa





## EDITAIS

### EDITAL N.º 018/PRES/2017

#### CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

##### **Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 12/89 Bairro da Carochia – União das Freguesias de Ramada e Caneças**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 12/89 do Bairro da Carochia para o lote 13, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 31433/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Em cumprimento do solicitado pela Câmara Municipal de Lisboa, Unidade de Coordenação Territorial, através do ofício com a referência OF/83/SG/DAOSM/DGMEAS/17 de 2017.03.03, e para cumprimento do despacho do Sr. Vereador Edgar Luís Simões Valles constante na etapa 9 do edoc/2017/15179 da Câmara Municipal de Odivelas, publica-se o Edital n.º 26/2017 da Câmara Municipal de Lisboa.

### **Câmara Municipal de Lisboa**

Unidade de Coordenação Territorial  
Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público  
Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade

### EDITAL N.º 26/2017

#### **(Notificação de cancelamento de licença)**

CARLOS MANUEL MENDES LOPES LOUREIRO, Chefe da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, do Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público, da Unidade de Coordenação Territorial, da Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no art.º 112º, n.º 1 alínea d), do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências que lhe foram subdelegadas pelo Despacho n.º 5/UCT/DEPEP/2015, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1141, de 30 de dezembro de 2015, faz saber, a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que: -----

Estando o notificado em lugar incerto e não sabido, tendo sido goradas todas as tentativas possíveis de notificação, foi ordenada a presente notificação edital.-----

Fica **notificado** Mehoob Abdull Ismail, na qualidade de titular da licença de ocupação de espaço público da banca, sita na Av. Almirante Reis, junto ao nº 52 B, Lisboa, com última morada conhecida na Rua Jorge Sena, nº 5 R/C Dtº2675-392 Odivelas, nos termos e para os seguintes efeitos:-----

Que, por despacho do signatário, de 12/01/2017, exarado na informação nº 1178/INF/DGEPP/GESTURBE/2017, foi cancelada a licença nº 9000018500, nos termos e com os seguintes fundamentos:-----

«(...)Na sequência das ações de fiscalização efetuadas pelo Núcleo de Fiscalização Técnica nos dias, 11-01-2016; 18-02-2016 e 09-03-2016, constatou-se a existência de infração/infrações na banca sita em Av. Almirante Reis junto nº 52 B, atribuída Mehboob Abdul Ismail, titular da licença nº 9000018500, cumpre informar:



*I - Enquadramento Factual*

*A fiscalização da DGEPP, apurou a existência de infração/infrações na banca anteriormente identificada.*

*Durante a instrução do processo, o Núcleo de Fiscalização Técnica verificou que a(o) titular:*

*Não efectuou uma utilização intensiva;*

*violando assim, as disposições legais sobre esta(s) matéria(s).*

*Os signatários procederam à elaboração da informação n.º 35005/DGEPP/GESTURBE/2016 de 29-07-2016, onde propuseram o cancelamento da licença atribuída ao titular Mehboob Abdul Ismail.*

*Notificou-se o titular, através do Edital n.º 112/2016 de 27-09-2016, para proceder à audiência dos interessados.*

*Decorrido o prazo concedido, verificou-se que o titular não se pronunciou sobre a(s) infração (infrações) de que é acusado, no período de audiência prévia de interessados.*

*II - Enquadramento Legal*

*Na finalidade do licenciamento prevista nos termos do artigo 11.º do Edital n.º 101/91 de 16 de Abril, que aprovou o Regulamento Geral de Mobiliário Urbano e Ocupação da Via Pública, deverão ser considerados como pressupostos a “realização do interesse público e compatibilizar a finalidade da ocupação da via pública com as necessidades sociais e as características do meio envolvente”*

*Ao abrigo do disposto no artigo 21.º, alínea(s) e) do n.º 1.º, do citado Edital, a licença será cancelada quando o seu titular não fizer um uso intensivo da banca.*

*O titular foi devidamente notificado do projecto de decisão e não se pronunciou, em sede de audiência dos interessados, nos termos previstos nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo. (...)»*

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 21.º e por violação do artigo 33.º, do Edital n.º 101/91, de 16 de Abril, a licença supra identificada foi cancelada.

Fica ainda notificado para, no prazo de 10 dias, proceder à remoção de todo o conteúdo da referida banca, sob pena de, não o fazendo, este ser imediatamente, e sem dependência de outra notificação, coercivamente removido, pela Câmara Municipal de Lisboa, com a inerente imputação dos custos ao notificado, nos termos do artigo 34.º, do Regulamento Geral de Mobiliário Urbano e Ocupação da Via Pública.-----

Ocorrendo a remoção coerciva pelos serviços camarários, poderá reclamar os bens removidos, no prazo de 30 dias, a contar da data da remoção, findos os quais se consideram perdidos a favor do Município, que lhes dará o destino que no caso couber.-----

A restituição dos bens far-se-á mediante o pagamento dos custos relativos à remoção, transporte e armazenamento.-

Fica por último notificado, para todos os efeitos legais, de que o processo n.º 11383/EXP/2015, incluindo a versão integral do ato administrativo, se encontra disponível para consulta nas instalações da Câmara Municipal de Lisboa, sito em Campo Grande, n.º 25, em Lisboa.-----

Qualquer dúvida conexa com o presente processo, bem como a marcação de consulta, poderá ser colocada via carta endereçada à morada enunciada, telefone 218172479 ou via e-mail, para o endereço electrónico [uct.depep.dgepp@cm-lisboa.pt](mailto:uct.depep.dgepp@cm-lisboa.pt).-----

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vai autenticado com o selo branco em uso neste Serviço e vai ser publicitado e afixado nos lugares de estilo.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2017

O Chefe de Divisão

(Carlos Lopes Loureiro)

**AVISOS****AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 5/89 e 6/89 – B.º Casal da Silveira – Pontinha/Famões

**23.º ADITAMENTO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odélas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odélas datada de 23 de março de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração aos alvarás de loteamento n.º 5/89 e 6/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António José Ramos Alexandre.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

**1. Parâmetros urbanísticos alterados****1.1. Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:**

Alvará 5/89 e 6/89							Pretensão					
Lote	Área Lote	Área Impl.	Área Cons.	pisos	fogos	Anexo	Área Lote	Área Impl.	Área Cons.	pisos	fogos	Anexo
216-A	380m²	a)	a)	2	2	b)	330m²	172,90m²	532,05m²	3	4	b)
584	325m²	a)	a)	2	1	b)	325m²	a)	a)	2	2	b)
804	390m²	a)	a)	2	1	b)	390m²	a)	a)	2	1	50m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

a) Cláusula n.º 6 do regulamento do alvará de loteamento que prevê para moradias isoladas, geminadas e em banda um índice máximo de implantação de 40%, 50% e 60%, respetivamente, com um valor máximo de 120m² para lotes inferiores a 400m².

b) Cláusula n.º 7 do regulamento do alvará de loteamento que prevê a existência de anexos com 10% da área do lote com um valor máximo de 28m².

Para o lote 216-A não se aplica o disposto na cláusula 2. do Regulamento do Bairro Casal da Silveira, considerando-se como áreas máximas as constantes do presente aditamento.

**1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:**

	Alvarás 2/85, 5/89 e 6/89	Proposto	PDM em vigor
Área de intervenção total	405.139,78m²	405.139,78m²	---
Área total dos lotes p/ habitação e outros usos	277.845,28m²	<b>277.795,28m²</b>	---
Área de Total de Construção	234.993,54m²	<b>235.285,59m²</b>	238.703,94m²
Índice de Utilização Máximo	0,58	0,58	0,59
Área de Total de Ocupação	107.193,29m²	<b>107.246,19m²</b>	151.711,36m²
Índice de Ocupação Máximo	0,26	0,26	0,37
N.º total de fogos	1627 fogos	<b>1630 fogos</b>	1782 fogos
Densidade habitacional	45 fogos/ha	<b>40 fogos/ha</b>	44 fogos/ha

Os valores alterados foram representados a negrito.

**2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento**

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.



As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU, designadamente o disposto no n.º 3 do mesmo artigo que prevê a exigência da execução ou requalificação de parqueamento em domínio público, destinada a compensar a capacidade de estacionamento em falta.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 20 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

## AVISO

Alvará de Loteamento n.º 4/2009 – B.º Casal das Queimadas à Quinta das Dálías Pontinha/Famões

### 7.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 22 de abril de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2009, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Jorge Pereira.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

#### 1. Parâmetros urbanísticos alterados

##### 1.1. Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Lote	Área		Implantação		Construção		Finalidade				Fogos		Pisos	
							Habitação		Act. Econ.					
	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração
66	280	280	120	236	360	736	240	500	120	236	2	2	3	3

Os valores alterados foram representados a negrito.

##### 1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

QUADRO DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS		Alvará	Alteração
Área total do terreno		44 373,00	44 373,00
Área a ficar na posse dos proprietários		2 9432,60	29 432,60
Área a ceder para equipamento	Parcela A	344,24	344,24
	Parcela B	310,00	310,00
	Parcela do Proc. 5646/L	1 400,00	1 400,00
	Total	2 054,24	2 054,24
Área do domínio Público		14 205,92	14 205,92
Percentagem de ocupação do solo		28%	28%
Área total de construção	Habitação	<b>22 763,00</b>	<b>23 023,00</b>
	Atividades económicas	<b>3 177,00</b>	<b>3 293,00</b>
	Garagens	345,00	345,00
	Total	<b>26 285,00</b>	<b>26 661,00</b>



Índice de construção	0,59	0,59
N.º de lotes	103	103
N.º do Fogos	152	152
Densidade	34,26	34,26
Área de implantação	<b>12 271,50</b>	<b>12 387,50</b>

Os valores alterados foram representados a negrito.

## 2.Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 3 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

## AVISO

Alvará de Loteamento n.º 8/92 – B.º Casal do Bispo – Pontinha/Famões

### 5.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 18 de novembro de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/92, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de José Carlos Eleutério Dias.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

### 1.Parâmetros urbanísticos alterados

#### 1.1.Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Lote	Alvará n.º 8/92					Alteração ao Alvará n.º 8/92				
	Área Lote (m²)	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)	Usos	Nº Pisos	Área Lote (m²)	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)	Usos	Nº Pisos
186	390	120	240	1H	2	<b>295</b>	<b>145</b>	<b>290</b>	1H	<b>3</b>
187						<b>228</b>	<b>145</b>	<b>290</b>	<b>1H</b>	<b>3</b>
188	628	427	1130	2H + 2A	3	<b>495</b>	427	1130	2H + 2A	3

Os valores alterados foram representados a negrito.

H – Habitação

A – Atividade



1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

	Alvará n.º 8/92	Alteração ao Alvará n.º 8/92
NÚMERO DE LOTES	430	<b>431</b>
NÚMERO DE FOGOS	448	<b>449</b>
ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO	51 767,75 m <sup>2</sup>	<b>51 937,75 m<sup>2</sup></b>
ÁREA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO	103 643,50 m <sup>2</sup>	<b>103 983,50 m<sup>2</sup></b>
DENSIDADE HABITACIONAL	22.19 f/ha	<b>22,29 f/ha</b>
ÍNDICE MÁXIMO DE CONSTRUÇÃO	0,51	<b>0,52</b>

Os valores alterados foram representados a negrito.

**2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento**

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetadas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m<sup>2</sup>, nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 7 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

**AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 2/2009 – B.º Azinhaga do Canhamato – Ramada/Caneças

**1.º ADITAMENTO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 04 de outubro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 2/2009, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Joaquim Miguel Vitorino do Norte e Maria do Carmo Nascimento Marques.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

**1. Parâmetros urbanísticos alterados**

1.1. Parâmetros Urbanísticos do Lote:

N.º Lote	Área do Lote		Pisos		Fogos		Usos		Área de implantação		Área de construção	
	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração
13	282,15	282,15	2	2	2	2	Hab.	Hab.	90	<b>110</b>	180	<b>220</b>

Os valores alterados foram representados a negrito.



1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

Parâmetros urbanísticos	Alvará 2/2009	Alteração	PDM	
			Art.º 38.º	Art.º 34.º
Área de intervenção total	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Índice de utilização	0,70	<b>0,71</b>	0,55	0,84
Área total de construção	3.492,00	<b>3.532,00</b>	2.750,00	4.190,40
Área de construção afeta a habitação	3.377,00	<b>3.417,00</b>		
Índice de ocupação (com anexos)	0,42	<b>0,43</b>	0,35	0,51
Índice de ocupação (sem anexos)	0,35	<b>0,35</b>	-	
Área de ocupação (com anexos)	2.116,00	<b>2.136,00</b>	1.750,00	2.539,20
Área de ocupação (sem anexos)	1.746,00	<b>1.766,00</b>		-
Área de verde privado (logradouros)	650,00	<b>630,00</b>		

Os valores alterados foram representados a negrito.

**2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento**

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da legalização ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 9 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

**AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 7/91 – B.º Casal dos Bons Dias – Ramada/Caneças

**3.º ADITAMENTO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 25.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 28 de dezembro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/91, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Antonino Simões Baeta.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

**1.Parâmetros urbanísticos alterados**

1.1.Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Lote	Alvará n.º 7/91				Alteração ao Alvará n.º 7/91			
	Área de Impl. (m²)	Área de Const. (m²)	Nº de Fogos	Anexo (m²)	Área de Impl. (m²)	Área de Const. (m²)	Nº de Fogos	Anexo (m²)
5	158.95	266.20	1	30.00	158.95	266.20	<b>2</b>	30.00

Os valores alterados foram representados a negrito.



1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

	Alvará n.º 7/91	Alteração ao Alvará n.º 7/91
NUMERO TOTAL DE FOGOS	45	46
DENSIDADE HABITACIONAL	41.2 fogos/ha	42.1 fogos/ha
DENSIDADE POPULACIONAL	144.2 hab./ha	147.4 hab./ha

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetadas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização.

No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 13 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

**AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 14/89 - B.º Casal do Rato – Pontinha/Famões

**5.º ADITAMENTO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 22 de abril de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 14/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Joaquim Gaspar de Oliveira e Angelina Silva Lopes Rodrigues.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

**1. Parâmetros urbanísticos alterados**

1.1. Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

Lote			Implantação		Construção (áreas)				Usos (unidades)				Pisos	
N.º	área		área		habitação		atividades		habitação		atividades			
	Alv.	Alteração.	aprov.	prop.	aprov.	prop.	aprov.	prop.	aprov.	prop.	aprov.	prop.	aprov.	prop.
23	525	525	150	174	300	300	0	0	1	3	0	0	2	2
78	258	230	105	105	210	210	0	0	1	1	0	0	2	2

Os valores alterados foram representados a negrito.





## 2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 03 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



**AVISO N.º 02/DGA/2017**

**Consulta Pública do Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odivelas**

A Câmara Municipal de Odivelas informa que, por deliberação tomada na 1.ª Reunião Ordinária de 11 de janeiro, aprovou o início do procedimento de elaboração e aprovação do Regulamento do Cemitério Municipal de Odivelas, bem como o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos, tendo tais atos sido devidamente publicitados na página eletrónica da Câmara Municipal de Odivelas.

Tendo tal prazo transcorrido sem que qualquer interessado se tenha constituído como tal, procedeu-se à elaboração do Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odivelas, visando dotar o Município do necessário documento disciplinador das atividades cimiteriais, à luz da variadíssima legislação que existe sobre a matéria, bem como das necessidades e práticas específicas no Município relativamente àquelas atividades.

Importa agora, e nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo submeter o presente Projeto de Regulamento a Consulta Pública, para recolha de eventuais sugestões sobre o teor do Projeto, procedendo, para o efeito, à sua publicação na publicação oficial da Câmara Municipal de Odivelas, e na Internet, no sítio institucional do Município, com a visibilidade adequada à sua compreensão.

Os interessados devem dirigir, por escrito, e no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do Projeto de Regulamento, as suas sugestões por via postal dirigida ao Sr. Presidente de Câmara Municipal, para os Paços do Município, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas.

Os interessados devem dirigir as sugestões, por escrito e por via postal, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do Projeto de Regulamento para: Paços do Município, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas.

Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente/Divisão de Gestão Ambiental  
Avenida Amália Rodrigues, n.º 27 – 3.º piso – Urbanização da Ribeirada  
2675-432 Odivelas  
Tel.: 219320870



## **REGULAMENTO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ODIVELAS**

O Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro veio consignar importantes alterações aos diplomas legais até então em vigor e que constituíram o corpo legal do chamado “direito mortuário”. A evolução técnica, novas descobertas e novas soluções adoptadas na prática e em concreto vieram demonstrar eficazmente o quão ultrapassado e desajustado das realidades e necessidades sentidas nesta matéria aquele regime se apresentava. Tal desajustamento foi em especial sentido pelas autarquias locais enquanto entidades administradoras dos cemitérios.

O novo diploma, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000 de 29 de janeiro, Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de julho, Lei n.º 30/2006 de 11 de julho e Decreto-Lei n.º 109/2010 de 14 de outubro procurou atualizar o normativo existente à prática desenvolvida e tida por mais adequada atualmente.

São de realçar, entre outras medidas previstas neste regime legal, o alargamento da categoria das pessoas com legitimidade para requerer a prática dos actos regulados no diploma; a possibilidade de se proceder à inumação em local de consumpção aeróbia; a plena equiparação da figura da inumação e da cremação, podendo esta ser feita em qualquer cemitério que disponha de equipamento apropriado; a possibilidade de inumação em locais específicos ou reservados a pessoas de determinada categoria, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou credo religioso, a redução dos prazos de exumação, que passam de cinco para três anos, após a inumação, e para dois anos nos casos em que se verificar necessário recobrir o cadáver por ainda não estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica.

Não obstante se manterem válidas muitas das soluções e mecanismos previstos nos Decretos n.º 44220 de 3 de março de 1962 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 168/2006 de 16 de agosto) e n.º 48770 de 18 de dezembro de 1968, o Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro trouxe um significativo número de alterações e actualizações profundas, as quais têm de ser necessariamente consideradas na elaboração dos regulamentos cemiteriais.

Face a esta realidade, e verificando-se a necessidade premente de introduzir procedimentos disciplinadores de comportamentos e atitudes e concretizar medidas efectivas de fiscalização dentro do Cemitério Municipal de Odivelas, foi elaborado o presente Regulamento.



Este não só leva em conta a legislação em vigor como também reflecte uma necessária preocupação de adaptação à realidade concreta que pretende regulamentar. É nesta sequência que, a título de exemplo, se entendeu conveniente não prever a possibilidade de existência, no Cemitério Municipal de Odivelas, de jazigos particulares, ou jazigos capelas e ainda de sepulturas perpétuas. Tal entendimento baseia-se numa preocupação fundamental de salvaguarda de espaço útil no cemitério, de forma a assegurar o bom funcionamento e um serviço de qualidade aos munícipes, no âmbito do princípio da prossecução do interesse público e geral da coletividade.

Assim, considerando que a Câmara Municipal de Odivelas é responsável pela gestão, conservação, reparação e limpeza do Cemitério de Odivelas, propriedade do Município, foi elaborado o presente Regulamento do Cemitério Municipal de Odivelas, no uso da competência regulamentar prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo do disposto nos artigos 96.º a 101.º do Código de Procedimento Administrativo, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 29.º do Decreto n.º 44220 de 3 de março de 1962, no Decreto n.º 48770 de 18 de dezembro de 1968 e no Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000 de 29 de janeiro, Decreto-Lei n.º 138/2000 de 13 de julho, Lei n.º 30/2006 de 11 de julho, Decreto-Lei n.º 109/2010 de 14 de outubro e Lei n.º 14/2016 de 9 de junho.

Nos termos dos artigos 98.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, o presente Regulamento foi precedido de publicitação.

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

1 - O presente Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos a organização e funcionamento do Cemitério Municipal de Odivelas ("Cemitério", doravante), nomeadamente as regras para a remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, de cidadãos nacionais ou estrangeiros, bem como alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas.

2 - O presente Regulamento é também aplicável a talhões privativos ou espaços equiparados utilizados pelos Bombeiros, por comunidades religiosas com praxis mortuárias específicas ou outros e a instituições de carácter social e ou religioso.



## **Artigo 2.º**

### **Definições**

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- a) Entidade responsável pela administração do Cemitério: a Câmara Municipal de Odivelas, desde que tal competência não seja objeto de delegação na Junta de Freguesia onde o Cemitério se localiza;
- b) Autoridade de polícia: a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública;
- c) Autoridade de saúde: o delegado regional de saúde, o delegado concelhio de saúde ou os seus adjuntos;
- d) Autoridade judiciária: o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência;
- e) Remoção: o levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação;
- f) Inumação: a colocação de cadáver em sepultura, gavetão ou local de consumpção aeróbia;
- g) Exumação: a abertura de sepultura, local de consumpção aeróbia ou gavetão onde se encontra inumado o cadáver, com o fim de o remover;
- h) Trasladação: o transporte de cadáver inumado em sepultura ou gavetão ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário;
- i) Cremação: a redução de cadáver ou ossadas a cinzas;
- j) Consumpção: desaparecimento dos tecidos moles do cadáver;
- k) Consumpção aeróbia: processo de destruição da matéria orgânica do cadáver, através da circulação de ar no interior do local onde este se encontra inumado.
- l) Cadáver: o corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;
- m) Ossadas: o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização do esqueleto;
- n) Viatura e recipientes apropriados: aqueles em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;
- o) Período neonatal precoce: as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;
- p) Depósito: colocação de urnas contendo restos mortais em ossários e gavetões, ou local existente no Cemitério destinado a esse fim;
- q) Restos mortais: cadáver, ossada e cinzas;
- r) Talhão: área contínua destinada a sepulturas unicamente delimitada por ruas, podendo ser constituída por uma ou várias secções.
- s) Ossário: construção, composta por unidades de compartimentos, destinada ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;
- t) Gavetão: construção, composta por unidades de compartimentos, destinada ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente cadáveres;



u) Sepultura: espaço destinado à inumação de cadáveres ou restos mortais;

### **Artigo 3.º**

#### **Legitimidade**

1 - Têm legitimidade para requerer a prática de actos previstos neste regulamento, sucessivamente:

- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2 - Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3 - O requerimento para a prática desses actos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

### **Artigo 4.º**

#### **Competências**

1 - Qualquer ato ou diligência a ser efetuado no Cemitério deverá ser requerido à Câmara Municipal de Odivelas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através da utilização de formulário próprio e pelas pessoas referidas no artigo anterior, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro.

2 – As competências do Presidente da Câmara Municipal previstas no presente Regulamento poderão ser objeto de delegação em Vereador mediante Despacho.

## **CAPÍTULO II**

### **Organização e funcionamento dos serviços cemiteriais**

### **Artigo 5.º**

#### **Finalidade**

1 – O Cemitério destina-se à inumação dos cadáveres de indivíduos, que à data do falecimento residiam na área do Município de Odivelas, exceto se o óbito tiver ocorrido em freguesias deste que disponham de cemitério próprio.

2 - Poderão ainda, e desde que haja disponibilidade para tal, ser inumados os restos mortais de indivíduos falecidos e residentes fora do concelho de Odivelas ou em freguesia que disponha de cemitério, nos seguintes termos:



- a) Os cadáveres de indivíduos falecidos nas freguesias do Município de Odivelas que possuam cemitério próprio, quando por motivos de insuficiência de terreno, devidamente comprovada pelo Presidente da Junta de Freguesia, não seja possível realizar no respetivo Cemitério a inumação;
- b) Os cadáveres de indivíduos falecidos, residentes fora da área do município que se destinem a ossários perpétuos (por 25 anos);
- c) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora do município mas que tivessem à data da morte o seu domicílio habitual na área deste;
- d) Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores em face de circunstâncias que se repute ponderosas e mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal.

3 - Para efeitos da alínea c) do número anterior, a prova de residência do falecido, deverá ser feita através do Documento de Identificação Civil (Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade) atualizado.

4 - Caso se trate de falecido menor, fetos mortos ou recém nascido falecidos no período neonatal precoce, e não possuidor de qualquer dos documentos referido no número anterior, a prova de residência para efeitos de inumação nos cemitérios, será efectuada mediante a apresentação dos correspondentes documento(s) dos(s) progenitor(es) do falecido menor ou dos demais.

### **Artigo 6.º**

#### **Serviços**

- 1 - Afetos ao funcionamento normal do Cemitério existem serviços de receção e inumação de cadáveres, bem como serviços de registo e expediente geral.
- 2 – As Agências Funerárias devem comunicar com a antecedência mínima de 12 horas a entrada de cadáver a inumar.

### **Artigo 7.º**

#### **Receção e inumação**

- 1 – A receção e inumação de cadáveres estarão a cargo do Encarregado do Cemitério ou por quem legalmente o substituir, ao qual compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições do presente Regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da Câmara Municipal, dos despachos do Presidente da Câmara Municipal e as ordens dos seus superiores relacionadas com aqueles serviços, bem como fiscalizar a observância, por parte do público e dos utentes, das normas do cemitério constantes do presente Regulamento.
- 2 - As inumações deverão ser marcadas no cemitério no dia anterior à realização das mesmas, salvo casos especiais, em que, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, os restos mortais poderão ser inumados no próprio dia.
- 3 – Os cadáveres e restos mortais são recebidos no Cemitério contidos em caixões e as cinzas resultantes de cremação em recipientes apropriados.



### **Artigo 8.º**

#### **Registo e expediente geral**

1 - Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo do apoio administrativo do Departamento responsável pela gestão destes equipamentos, onde existirão, para o efeito, livros de registo e/ou registos informáticos de inumações, cremações, exumações, trasladações, e quaisquer outros documentos considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

2- Também poderão permanecer na Secretaria do Cemitério, afeta ao respetivo funcionamento, os livros de registo e demais documentação acima mencionados.

### **Artigo 9.º**

#### **Organização**

O espaço do cemitério é organizado da seguinte forma:

- a) Zonas para inumação de cadáveres: talhões comuns para adultos e menores, talhões privativos e equiparados, e locais de consumpção aeróbia;
- b) Zonas para depósitos de restos mortais: ossários e gavetões;
- c) Zona administrativa e dos funcionários cemiteriais, comportando: refeitório e balneário;
- d) Instalações de lavagem técnica, incineração de resíduos cemiteriais e armazém;
- e) Espaço ecuménico;
- f) Instalação de sanitários públicos;
- g) Zonas verdes e de reflexão.

## **CAPÍTULO III**

### **Remoção**

### **Artigo 10.º**

#### **Regime aplicável**

1 – Quando, nos termos da legislação aplicável, não houver lugar à realização de autópsia médico-legal e, por qualquer motivo não for possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 3.º a fim de se proceder à sua inumação ou cremação dentro do prazo legal, o mesmo é removido para a casa mortuária dotada de câmara frigorífica que fique mais próxima do local da verificação do óbito.

2 – No caso previsto no número anterior, compete à autoridade de polícia:

- a) Proceder à remoção do cadáver, podendo solicitar para o efeito a colaboração dos bombeiros ou de qualquer entidade pública;
- b) Proceder à recolha, arrolamento e guarda do espólio do cadáver.

3 – A autoridade de polícia com jurisdição na área da freguesia onde se encontre instalada uma casa mortuária dotada de câmara frigorífica tem permanente acesso a ela.





## **CAPÍTULO IV**

### **Inumações e cremações**

#### **SECÇÃO I**

##### **Inumações**

##### **Artigo 11.º**

###### **Requerimento**

As inumações deverão ser requeridas à Câmara Municipal de Odiveelas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através da utilização de formulário próprio nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na sua redação atual.

##### **Artigo 12.º**

###### **Locais de inumação**

As inumações são efetuadas em sepulturas temporárias, talhões privativos, em gavetões e em locais de consumpção aeróbia de cadáveres.

##### **Artigo 13.º**

###### **Inumações excecionais**

1 - Excecionalmente e mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, poderá ser permitida a inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nacionalidade, profissão, e outras situações a apreciar casuisticamente.

2 - Nas situações referidas no número anterior, o pedido de autorização é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento, por qualquer das pessoas referidas no artigo 3.º, dele devendo constar:

- a) Identificação do requerente;
- b) Indicação exacta do local onde se pretende inumar ou depositar ossadas;
- c) Fundamentação adequada da pretensão, nomeadamente ao nível da escolha do local.

##### **Artigo 14.º**

###### **Modos de inumação**

1 - Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixões de madeira ou de zinco.

2. Os caixões de zinco devem ser hermeticamente fechados, para o que serão soldados, na presença do encarregado de cemitério ou de um seu delegado, no cemitério ou, a pedido dos interessados, no local de onde partirá o féretro, segundo os termos legais locais e na presença das autoridades sanitárias locais.

3 - Antes do definitivo encerramento, devem ser depositados nas urnas materiais que acelerem a decomposição do cadáver ou colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a



impedir a pressão dos gases no seu interior, consoante se trate de inumação em sepultura ou em jazigo.

4 - É proibida a abertura de caixão de zinco, salvo nas seguintes situações:

- a) Em cumprimento de mandado da autoridade judiciária;
- b) Para efeitos de colocação em sepultura ou em local de consumpção aeróbia do cadáver não inumado;
- c) Para efeitos de cremação de cadáver ou de ossadas.

5 - A abertura do caixão nas situações previstas na alínea c) do número anterior é feita da forma que for determinada pela Câmara Municipal de Odivelas.

6 - O disposto nas alíneas a) e c) do n.º 4 aplica-se à abertura de caixão de chumbo utilizado em inumação efetuada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, na sua redação atual.

### **Artigo 15.º**

#### **Talhões privativos**

1 - Poderão ser concedidos talhões privativos a comunidades religiosas com praxis mortuárias específicas, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

2 - O requerimento mencionado no número anterior deve ser fundamentado e acompanhado dos estudos necessários e suficientes à boa compreensão da organização do espaço e das construções neles previstas.

3 - Deverá ser garantida a manutenção e limpeza dos talhões privativos sendo que, na falta do cumprimento destas condições, a respetiva comunidade será notificada para que, num prazo de 60 dias, efetue as intervenções consideradas necessárias.

4 - Findo esse prazo e não tendo sido efetuadas as intervenções é anulada a cedência do talhão, podendo o Município de Odivelas dispor desse espaço para os fins que entender como convenientes.

### **Artigo 16.º**

#### **Prazos de inumação**

1 - Nenhum cadáver será inumado, cremado ou encerrado em caixão de zinco antes de decorridas 24 horas sobre o falecimento e sem que, previamente, e de acordo com os normativos legais, esteja lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito, de acordo com o artigo 9º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro na sua redação atual.

2 - Nenhum cadáver pode ser encerrado em câmara frigorífica antes de decorridas 6 horas após a constatação de sinais de certeza de morte.

3 - Um cadáver deve ser inumado ou cremado dentro dos seguintes prazos máximos:

- a) Se imediatamente após a verificação do óbito tiver sido entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 3.º - em 72 horas;



- b) Se tiver sido transportado de país estrangeiro para Portugal – em 72 horas a contar da entrada em território nacional;
- c) Se tiver havido autópsia médico-legal ou clínica – em 48 horas após o termo da mesma;
- d) Nos casos previstos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro na sua redação atual – em 24 horas a contar do momento em que for entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 3.º do presente Regulamento;
- 4 – Nos casos previstos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro na sua redação atual, se o cadáver não for entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 3.º do presente Regulamento, não pode ser cremado, devendo a sua inumação ter lugar decorridos 30 dias sobre a data da verificação do óbito.
- 5 - Quando não haja lugar à realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda à inumação, cremação ou encerramento em caixão de zinco, antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1.
- 6 - O disposto nos números anteriores não se aplica aos fetos mortos.

#### **Artigo 17.º**

##### **Documentos certificativos do óbito para a realização da inumação**

- 1 - Nenhum cadáver poderá ser inumado sem que, para além de respeitados os prazos referidos no artigo anterior, previamente tenha sido lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitido o boletim de óbito.
- 2 - Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta seja devidamente regularizada.
- 3 – Decorridas vinte e quatro horas sobre o depósito, ou em qualquer momento em que se verifique o adiantado estado de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada a documentação em falta, os serviços comunicarão o caso às autoridades sanitárias ou policiais para que tomem as providências adequadas.
- 4 - O assento ou auto de declaração de óbito ou boletim de óbito será arquivado pelos serviços administrativos de apoio ao departamento onde se encontra este serviço.
- 5 - Caso se trate de morte fetal com tempo de gestação igual ou superior a vinte e duas semanas completas é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números anteriores.

#### **Artigo 18.º**

##### **Autorização de inumação e respetivas taxas**

- 1 - A inumação de um cadáver deve ser requerida à Câmara Municipal de Odivelas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.
- 2 - O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao modelo aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas, devendo ser instruído com os seguintes documentos:
  - a) Assento, auto de declaração de óbito ou boletim de óbito;



b) Declaração escrita da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de inumação antes de decorridas 24 horas sobre o óbito;

c) Apresentação de documento de identificação civil (cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte do requerente);

3 - Autorizada a inumação, mediante despacho, onde é indicado a data e hora da sua realização, serão pagas as taxas devidas, mediante emissão da respectiva guia de receita, cujo original será entregue ao encarregado do funeral.

4 - Após a inumação, será afixada no coval, uma chapa metálica com o número de ordem no talhão onde o cadáver se encontra inumado.

5 - Não se efectuará a inumação sem que nos serviços afectos ao cemitério seja apresentado o original da guia a que se refere o número 3.

6 - O documento referido no número anterior será registado no livro de inumações, mencionando-se o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver ou ossadas no cemitério correspondente.

7 - Será entregue pelos serviços administrativos ao interessado pelo cadáver inumado, o boletim de inumação, mencionando a data, local em que aquela se efectuou, a sua identidade e, se inumados em sepultura temporária, a data em que terminará o período legal de inumação.

### **Artigo 19.º**

#### **Insuficiência da documentação**

1 - Os cadáveres deverão ser acompanhados de documentação comprovativa do cumprimento das formalidades legais.

2 - Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta esteja devidamente regularizada.

3 - Decorridas 24 horas sobre o depósito ou, em qualquer momento, em que se verifique o adiantado estado de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada a documentação em falta, os serviços comunicarão imediatamente o caso às autoridades sanitárias ou policiais para que tomem as providências adequadas.

### **Artigo 20.º**

#### **Abandono de cadáver e ossadas**

1 - Quando dentro do cemitério for encontrado algum cadáver ou ossadas abandonadas, os serviços cemiteriais participarão imediatamente o caso às autoridades de polícia, para que se tomem as providências adequadas.

2 - Os corpos, ossadas e cinzas depositados em compartimentos municipais serão considerados abandonados quando, expirados os prazos correspondentes às taxas pagas e apesar de notificados nesse sentido, através de carta registada com aviso de recepção, nesse sentido, os interessados nesses depósitos desistam, não declarem mantê-los ou não respondam no prazo de 90 dias úteis.



3 - Aos restos mortais considerados abandonados nos termos do número anterior, ser-lhes-á dado o destino mais adequado.

## **SECÇÃO II**

### **Sepulturas**

#### **Artigo 21.º**

##### **Sepultura comum não identificada**

É proibida a inumação em sepultura comum não identificada, salvo:

- a) Em situação de calamidade pública;
- b) Tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatómicas.

#### **Artigo 22.º**

##### **Classificação de sepulturas**

- 1 - As sepulturas existentes no Cemitério são temporárias, destinadas a inumações por período de 3 anos, findo os quais poderá proceder-se à exumação.
- 2 - É proibida a inumação nas sepulturas temporárias e nos alvéolos de consumpção aeróbia em caixões zinco ou de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicadas tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.

#### **Artigo 23.º**

##### **Dimensões das sepulturas**

1 - As sepulturas terão, em planta, a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

a) Para adultos:

Comprimento - 2,00 m;

Largura - 0,65 m;

Profundidade - 1,15 m.

b) Para crianças:

Comprimento - 1,00 m;

Largura - 0,55 m;

Profundidade - 1,00 m.

2 – Quando as dimensões da urna ultrapassarem as fixadas na alínea b) do número anterior, deve o cadáver ser inumado em sepultura referida na alínea a) do número anterior.

3 – Para efeitos do disposto neste artigo, os nados mortos são incluídos no grupo referido na alínea b) do n.º 1 deste artigo.



### **Artigo 24.º**

#### **Organização do espaço**

- 1 - As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões ou secções, tanto quanto possível rectangulares e com área para um máximo recomendável de 300 sepulturas.
- 2 - Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados dos talhões ser inferiores a 0,40 m, e mantendo-se para cada sepultura acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.
- 3 - Nos talhões actualmente ocupados que não obedecem aos preceitos estabelecidos no presente artigo e que findo o período mínimo legal de inumação, contenham sepulturas, em que a exumação se tenha mostrado impraticável, o seu cumprimento aguardará a possibilidade da completa desocupação dessas secções

### **Artigo 25.º**

#### **Inumação de crianças**

Além de talhões privativos que se considerem justificados, haverá secções para o enterramento de crianças separadas dos locais que se destinam aos adultos.

## **SECÇÃO III**

### **Ossários e Gavetões**

### **Artigo 26.º**

#### **Tipos**

O Cemitério possui gavetões para corpo inteiro e ossários para cinzas e ossadas, sendo todos exclusivamente municipais.

### **Artigo 27.º**

#### **Ossários**

- 1 - No Cemitério existem ossários municipais divididos em compartimentos destinados ao depósito de uma ou duas ossadas, encerradas em urnas de madeira de difícil deterioração e de cinzas trasladadas de sepulturas ou gavetões existentes no Cemitério.
- 2 - Os ossários dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas:  
Comprimento: 0,80 m.  
Largura: 0,50 m.  
Altura: 0,40 m.
- 3 - Nos ossários não haverá mais do que sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou ainda em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares.
- 4 - Será permitida a construção de ossários subterrâneos, em condições idênticas e com observância do prescrito no n.º 3 do artigo anterior.
- 5 - Os ossários existentes poderão ser concessionados anualmente ou por um período de 25 anos, renovável.



6 - A entrada de cinzas no Cemitério deverá ser requerida ao Presidente da Câmara Municipal.

7 - Para efeitos do número anterior, e após o deferimento do requerimento, deverão ser avisados os serviços de cemitérios, com uma antecedência mínima de 24 horas, do dia e da hora em que se pretende fazer a entrega das cinzas.

### **Artigo 28.º**

#### **Gavetões**

1 - No Cemitério existem gavetões de 1.º, 2.º e 3.º piso.

2 - Os gavetões serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento: 2,00 m.

Largura: 0,75 m.

Altura: 0,55 m.

3 - Nos gavetões não haverá mais de cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de vários andares, podendo também dispor-se em subterrâneos.

4 - Na parte subterrânea dos gavetões exigir-se-á condições especiais de construção, tendentes a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação, bem como a impedir infiltrações de água.

5 - Os gavetões existentes poderão ser concessionados anualmente ou por um período de 25 anos, renovável.

### **Artigo 29.º**

#### **Inumação em gavetão**

1 - Nos gavetões só é permitido inumar cadáveres encerrados em caixão de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.

2 - Dentro do caixão devem ser colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir os efeitos da pressão dos gases no seu interior.

3 - Cada gavetão apenas comportará um cadáver, e só pode ter como finalidade o depósito de restos mortais de seres humanos.

4 - É proibida a abertura de caixões de zinco, nos termos do n.º 4 e seguintes do artigo 14.º do presente Regulamento.

### **Artigo 30.º**

#### **Deteriorações**

1 - Quando um caixão depositado em gavetão apresente rotura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados, a fim de o mandarem reparar, marcando-se-lhes, para o efeito, o prazo julgado conveniente.

2 - Em caso de urgência, ou quando não se efectue a reparação prevista no número anterior pelos interessados, a Câmara Municipal efectua-la-á, correndo as despesas por conta daqueles.



3 - Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutra caixão de zinco ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados ou por decisão do Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, tendo lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

4 - Das providências tomadas será dado conhecimento aos interessados, através de carta registada com aviso de recepção, ficando estes responsáveis pelo pagamento das respectivas taxas e despesas efectuadas. Na falta de pagamento o gavetão reverterá a favor da Câmara Municipal, com perda das quantias pagas.

5 - Sempre que o concessionário do gavetão não tiver indicado na Câmara Municipal a morada atual, no prazo máximo de sessenta dias úteis, será irrelevante a invocação da falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o n.º 1 deste artigo.

6 - Caso seja necessário, aplicar-se-á o regime disposto nos números anteriores às obras a realizar nos ossários.

#### **SECÇÃO IV**

##### **Inumações em local de consumpção aeróbia**

#### **Artigo 31.º**

##### **Consumpção aeróbia**

1 - O Cemitério pode ser dotado de nichos ecológicos, para a prática de consumpção aeróbia.

2 - Em caso de necessidade de gestão cemiterial, as inumações poderão ser realizadas nos nichos ecológicos aos quais corresponderão taxas iguais à inumação em terra.

3 - A inumação em jazigos desta natureza fica sujeita às regras das sepulturas temporárias a que se refere o artigo 22.º e seguintes.

4 - A inumação em local de consumpção aeróbia de cadáveres obedece às regras definidas por portaria conjunta dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Saúde e do Ambiente.

#### **SECÇÃO V**

##### **Cremação**

#### **Artigo 32.º**

##### **Requerimento**

As cremações deverão ser requeridas à Câmara Municipal de Odiveelas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através da utilização de formulário próprio nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na sua redação atual.





## **CAPÍTULO V**

### **Exumações**

#### **Artigo 33.º**

##### **Requerimento**

As exumações deverão ser requeridas à Câmara Municipal de Odivelas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através da utilização de formulário próprio nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na sua redação atual.

#### **Artigo 34.º**

##### **Prazos para a exumação**

1 - Salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária, a abertura de qualquer sepultura ou local de consunção aeróbia só é permitida decorridos três anos sobre a inumação.

2 - Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto, sem a qual não poderá proceder-se a nova inumação.

#### **Artigo 35.º**

##### **Aviso aos interessados**

1 - Decorridos os prazos estabelecidos no artigo anterior, poderá proceder-se à exumação.

2 – Logo que seja decidida uma exumação, nos termos do número anterior, a Câmara Municipal procederá à afixação de editais e à notificação por carta registada com aviso de receção aos requerentes da inumação, indicando, com uma antecedência de 30 dias, a data em que se realizará a exumação, devendo aqueles comparecer no dia e hora que for fixado.

3 – Porém, antes de terminar o período de 30 dias definido nos editais, os interessados poderão requerer a exumação ou conservação de ossadas, devendo comparecer no cemitério no dia e hora que vier a ser fixado para esse fim.

4 - Verificada a oportunidade de exumação, pelo decurso do prazo fixado nos números anteriores, sem que o ou os interessados alguma diligência tenham promovido no sentido da sua exumação, esta, se praticável, será levada a efeito pelos serviços, considerando-se abandonada a ossada existente.

5 – A notificação referida no n.º 2 deste artigo será efetuada para a morada existente na Secretaria do Cemitério.

6 - Sempre que o responsável não tenha informado sobre eventual alteração de morada, no prazo máximo de sessenta dias úteis, será irrelevante a invocação da falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o n.º 2.



7 - Às ossadas abandonadas nos termos do número anterior será dado o destino adequado, incluindo a cremação em forno pirolítico, ou quando não houver inconveniente, inumá-las nas próprias sepulturas, mas a profundidades superiores às indicadas no artigo 23.º

8 - O Município de Odivelas não se responsabiliza pelo desaparecimento ou extravio de valores que tenham acompanhado os restos mortais exumados.

### **Artigo 36.º**

#### **Exumação de ossadas em caixões inumados em gavetões**

1 - A exumação das ossadas de um caixão inumado em gavetão só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a consumpção das partes moles do cadáver.

2 - A consumpção a que alude o número anterior será obrigatoriamente verificada pelos Serviços dos Cemitérios.

3 - As ossadas exumadas de caixão que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados se tenha removido para sepultura nos termos do n.º 3 do artigo 30.º, serão depositadas no gavetão originário ou em local acordado com os Serviços dos Cemitérios.

4 - Às ossadas ou restos mortais abandonados, nas condições do número anterior, será dado o destino mais adequado, ou quando não houver inconveniente, serão inumados nas próprias sepulturas a profundidade superior às indicadas no artigo 23.º.

### **Artigo 37.º**

#### **Remoção de revestimentos e ornamentos**

1 - Para efeitos de exumação e quando a sepultura possua revestimento e ou ornamentos, os responsáveis pela sepultura deverão providenciar a sua remoção, no prazo de cinco dias úteis antes da data de exumação, sendo que, a partir dessa data, os serviços dos cemitérios procederão ao seu levantamento, não se responsabilizando por qualquer dano causado no mesmo.

2 - Após a exumação, os materiais de revestimento e ornamentos da sepultura deverão ser retirados pelos seus responsáveis num prazo máximo de 10 dias, contados desde a realização da mesma. Findo esse prazo, serão considerados abandonados a favor do Município, o qual lhes dará a utilização que se revelar mais adequada.

3 - No caso de impossibilidade de exumação, em que o cadáver permanece inumado, os materiais de revestimento e ornamentos deverão ser repostos pelos responsáveis da sepultura no prazo de dois dias após a exumação, sob pena do Município de Odivelas não se responsabilizar pelo material.



## **CAPÍTULO VI**

### **Trasladações**

#### **Artigo 38.º**

##### **Competência**

1 - A trasladação de cadáver ou ossadas inumadas no Cemitério deve ser requerida ao Presidente da Câmara Municipal, pelas pessoas com legitimidade para o efeito, nos termos do artigo 3.º do presente Regulamento.

2 - Se a trasladação consistir na mera mudança de local no interior do cemitério é suficiente o deferimento do requerimento previsto no número anterior.

3 - Se a trasladação consistir na mudança para cemitério diferente, deverão os serviços remeter o modelo do requerimento referido no n.º 1 do presente artigo para a entidade responsável pela administração do cemitério para o qual vão ser trasladados o cadáver ou as ossadas, cabendo a esta o deferimento da pretensão.

4 - Para cumprimento do estipulado no número anterior, poderão ser usados quaisquer meios, designadamente a notificação postal, comunicação via fax ou via eletrónica, para o endereço geral@cm-odivelas.pt.

#### **Artigo 39.º**

##### **Condições da trasladação**

1 - A trasladação de cadáver é efectuada em caixão de zinco, devendo a folha utilizada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.

2 - A trasladação de ossadas é efectuada em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.

3 - Quando a trasladação se efectuar para fora do cemitério terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.

4 - Pode ser efectuada a trasladação de cadáver ou ossadas que tenham sido inumados em caixão de chumbo antes da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro (ou seja, antes de 1 de Março de 1999).

#### **Artigo 40.º**

##### **Registos e comunicações**

1 - Os Serviços dos Cemitérios deverão ser avisados com uma antecedência mínima de 24 horas, do dia e hora em que se pretende realizar a trasladação.

2 - Nos livros de registo do cemitério, far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efectuadas, devendo ainda, emitir-se alvará, ou documento que o substitua com as notas que dos mesmos livros constarem acerca da respectiva inumação ou depósito.



## **CAPÍTULO VII**

### **Responsabilidade por sepulturas, gavetões e ossários**

#### **Artigo 41.º**

##### **Responsabilidade**

Para efeitos administrativos atinentes ao funcionamento do Cemitério, considera-se concessionário, ou entidade responsável, a pessoa que requereu inicialmente a inumação ou outro ato, sendo a mesma responsável pelo pagamento das taxas devidas ao abrigo do respetivo Regulamento de Taxas em vigor.

#### **Artigo 42.º**

##### **Notificações**

Para além do referido no n.º 5 do artigo 35.º, qualquer contato a ser realizado pelos serviços do Cemitério será dirigido à pessoa responsável nos termos do artigo anterior, para a morada que indicou inicialmente, salvo nos casos em que essa pessoa informe sobre eventual alteração de morada.

#### **Artigo 43.º**

##### **Pedido de alteração de responsabilidade**

- 1 - Em caso de morte do responsável, ou em caso de manifesto abandono, qualquer interessado pode solicitar a transferência da titularidade para seu nome, mediante requerimento à Câmara Municipal de Odivelas, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.
- 2 - Será também admissível requerer a mudança de titularidade, mediante declaração de concordância ou não oposição do atual titular.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Gavetões e ossários abandonados**

#### **Artigo 44.º**

##### **Conceito**

- 1 - Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da autarquia, os gavetões e ossários cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a 10 anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de 60 dias depois de citados por meio de éditos publicados em dois dos jornais locais e afixados nos lugares do estilo, bem como no sítio eletrónico da Câmara Municipal de Odivelas.
- 2 - Dos éditos constarão os números dos gavetões ou ossários, identificação e data das inumações dos cadáveres ou ossadas que nos mesmos se encontrem depositados, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos que figurarem nos registos.



3 - Simultaneamente com a citação dos interessados colocar-se-á no gavetão ou ossário uma placa indicativa do abandono.

#### **Artigo 45.º**

##### **Declaração de prescrição**

1 - Decorrido o prazo de 60 dias previsto no artigo anterior, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, poderá a Câmara Municipal deliberar a prescrição do gavetão ou ossário, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida no mesmo artigo.

2 - A declaração de caducidade importa a apropriação pela Câmara Municipal da sepultura, gavetão ou ossário.

#### **Artigo 46.º**

##### **Restos mortais não reclamados**

Os restos mortais existentes em gavetões ou ossários abandonados e declarados prescritos, quando deles sejam retirados, inumar-se-ão em local a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal, caso não sejam reclamados no prazo fixado sobre a data da declaração da prescrição.

### **CAPÍTULO IX**

#### **Sinais funerários e embelezamento dos gavetões, sepulturas e ossários**

#### **Artigo 47.º**

##### **Sinais funerários**

1 – Nas sepulturas, gavetões e ossários permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas, assim como a inscrição de epitáfios e outros sinais funerários costumados, não podendo os epitáfios ultrapassarem a altura máxima de 50 cm.

2 – Não serão consentidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a suscetibilidade pública, ou que, pela sua redação, possam considerar-se desrespeitosas.

#### **Artigo 48.º**

##### **Embelezamento**

É permitido embelezar as construções funerárias através de revestimento adequado, ajardinamento, bordaduras, vasos com plantas ou por qualquer outra forma que não afete a dignidade do local.



### **Artigo 49.º**

#### **Autorização prévia**

1 - A realização de quaisquer trabalhos no cemitério fica sujeita a prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal e à orientação e fiscalização dos serviços municipais competentes.

2 - Qualquer colocação de sinal funerário ou embelezamento em construções funerárias situadas dentro dos cemitérios municipais carece de autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal.

### **Artigo 50.º**

#### **Desaparecimento de objectos ou sinais funerários**

O Município de Odivelas não se responsabiliza pelo desaparecimento de objetos de embelezamento ou sinais funerários colocados em qualquer local do cemitério municipal.

## **CAPÍTULO X**

### **Mudança de localização do cemitério**

### **Artigo 51.º**

#### **Regime legal**

A mudança de um cemitério para terreno diferente daquele onde está instalado que implique a transferência, total ou parcial, dos cadáveres, ossadas, fetos mortos e peças anatómicas que aí estejam inumados e das cinzas que aí estejam guardadas é da competência da Câmara Municipal de Odivelas nos termos do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro.

### **Artigo 52.º**

#### **Transferência de construções**

1 - Quando exista parcela de terreno que importe aproveitar para inumações ou qualquer outro fim, mas circundado por construções que o impeçam, reserva-se ao Município de Odivelas o direito de fazer transferir para outro local do mesmo cemitério, a construção que mais convenha deslocar para criar o necessário acesso.

2 - Do facto, a verificar-se, será dado conhecimento aos interessados, através de carta registada com aviso de recepção.

3 - A transferência será a expensas e sob a responsabilidade do Município de Odivelas que, na escolha do novo local, diligenciará para que a construção fique, tanto quanto possível, em situação equivalente à anterior.



### **Artigo 53.º**

#### **Transferência do cemitério**

No caso de transferência do cemitério para outro local, os direitos e deveres dos concessionários são automaticamente transferidos para o novo local, suportando o Município de Odivelas os encargos com o transporte dos restos inumados e sepulturas e jazigos concessionados.

## **CAPÍTULO XI**

### **Circulação de viaturas**

### **Artigo 54.º**

#### **Entrada de viaturas**

1 - No Cemitério Municipal de Odivelas é proibida a entrada de viaturas, salvo nos seguintes casos:

- a) Viaturas apropriadas e exclusivamente destinadas ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas ou peças anatómicas;
- b) Viaturas que transportem máquinas ou materiais ou materiais destinados à execução de obras no cemitério, devendo sair assim que as máquinas e materiais estiverem sido descarregados;
- c) Viaturas ligeiras de natureza particular, transportando pessoas que, dada a sua incapacidade física, tenham dificuldades motoras em se deslocar a pé;
- d) Viaturas municipais ou particulares ao serviço da autarquia.

2 - Para os casos previstos nas alíneas b) e c) do número anterior os interessados deverão munir-se de autorização prévia, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

3 - No interior dos cemitérios municipais as viaturas não poderão circular a velocidade superior a 20 km/h.

4 - De forma a não impedir a livre circulação de pessoas e viaturas, as viaturas só poderão estacionar nas ruas principais.

5 - É expressamente proibido estacionar em cima de zonas relvadas ou ajardinadas, assim como deixar as viaturas com portas e bagageiras abertas e rádios ligados ou realizar outras actividades pouco adequadas ao local, como comer, sacudir tapetes, lavar vidros, dormir, entre outras.

6 - Não é permitida a entrada de viaturas particulares com a intenção de comercialização ou entrega de flores, jarras ou outros elementos.

7 - Caso haja uma forma alternativa de transporte alternativo dentro do recinto deste cemitério, cessará automaticamente a circulação de viaturas particulares de pessoas com mobilidade motora reduzida.



## **CAPÍTULO XII**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 55.º**

##### **Proibições**

No recinto dos cemitérios é proibido:

- a) Proferir palavras ou praticar actos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b) Entrar acompanhado de quaisquer animais, excepto cães-guia;
- c) Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separem as sepulturas;
- d) Colher flores, pendurar qualquer objecto, destruir ou danificar por qualquer forma árvores, arbustos, flores ou outras plantas;
- e) Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- f) Danificar gavetões, ossários, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objectos de resguardo, apoio, suporte ou ornamento;
- g) Realizar manifestações de carácter político, com excepção daquelas que se prendam com a homenagem prestada ao defunto e sua actividade social, ou quando devidamente autorizadas;
- h) Utilizar aparelhos áudio, excepto com auriculares;
- i) A permanência de crianças, quando não acompanhadas;
- j) Deitar para o chão papéis, aparas de plantas, detritos ou outros materiais que possam conspurcar o local.
- k) Fornecer água, energia eléctrica e gás natural ou engarrafado a entidades exteriores ao cemitério, salvo em situações de emergência.

#### **Artigo 56.º**

##### **Retirada de objectos**

- 1 - Os objectos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em gavetões, ossários ou sepulturas são considerados propriedade do Município de Odivelas, mas poderão ser daí retirados no prazo de 10 dias mediante apresentação de autorização escrita do concessionário e após autorização do Presidente da Câmara Municipal.
- 2 – O Município de Odivelas reserva-se o direito de retirar quaisquer objectos que não estejam devidamente legalizados à luz do presente regulamento.
- 3 – Não podem sair do Cemitério, aí devendo ser incinerados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas.

#### **Artigo 57.º**

##### **Realização de cerimónias**

- 1 - Dentro do espaço dos cemitérios carecem de autorização do Presidente da Câmara Municipal a realização de:
  - a) Missas campais e outras cerimónias similares;





- b) Salvas de tiros nas exéquias fúnebres militares;
  - c) Atuações musicais;
  - d) Intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas;
  - e) Reportagens de qualquer tipo relacionadas com a atividade cemiterial.
  - f) Manifestações de caráter político, sem prejuízo do disposto na alínea g) do artigo 55º.
- 2 - O pedido de autorização a que se refere o número anterior, deve ser feito com 24 horas de antecedência, salvo motivos ponderosos.

## **CAPÍTULO XIII**

### **Agências funerárias e concessão de serviços**

#### **Artigo 58.º**

##### **Transporte de restos mortais**

Os restos mortais serão transportados em ombros ou em transporte adequado para o efeito (carros funerários), no interior do cemitério, até ao local de inumação, acompanhados de um representante da agência funerária encarregada do funeral.

#### **Artigo 59.º**

##### **Deveres dos agentes funerários**

- 1 - No acto da entrada no Cemitério de um corpo para ser inumado, só se poderá realizar o funeral após o pagamento da respectiva taxa municipal de inumação pela agência funerária.
- 2- Dentro do Cemitério os agentes funerários ou seus representantes terão de seguir as orientações dos respetivos funcionários.
- 3 - É vedado aos agentes funerários ou seus representantes incumbir aos funcionários dos cemitérios, quaisquer serviços diferentes das suas atribuições.
- 4 - É expressamente proibida a angariação de clientes ou a incómodo de pessoas dentro do recinto dos Cemitério pelos agentes funerários.
- 5 - Caso se verifique o desrespeito do preceituado neste artigo e sem prejuízo da serenidade pretendida no respetivo Cemitério e da instauração do competente processo contra-ordenacional, os agentes funerários ou seus representantes poderão ser acompanhados até ao exterior do Cemitério.



## **CAPÍTULO XIV**

### **Concessão de serviços**

#### **Artigo 60.º**

##### **Concessão**

1 - A prestação de serviços no Cemitério ou o exercício da actividade comercial no interior das instalações cemiteriais pode ser concessionado mediante autorização da Câmara Municipal de Odivelas.

2 - Sem prejuízo do número anterior, a concessão reger-se-á nos termos gerais do direito.

#### **Artigo 61.º**

##### **Horários**

Os concessionários terão de se reger pelo horário e outras disposições inerentes ao Cemitério.

#### **Artigo 62.º**

##### **Deveres dos concessionários de serviços**

A prestação de serviços no Cemitério ou o exercício e actividade comercial no interior das instalações cemiteriais fica sujeito às seguintes condicionantes:

- a) Utilização de materiais recicláveis;
- b) Impedimento de comercialização de flores ou outros ornamentos em materiais que não sejam passíveis de reciclagem ou de decomposição rápida.
- c) O revestimento dos produtos comercializados não pode ser de plástico, papel encerado, de arame ou poliuretano, vulgo esponjas, ou qualquer outro material que seja de difícil decomposição ou que contenha na sua composição elementos que possam vir a poluir o ar ou o solo.

## **CAPÍTULO XV**

### **Fiscalização e sanções**

#### **Artigo 63.º**

##### **Fiscalização**

1 - A fiscalização do cumprimento do presente regulamento cabe à Câmara Municipal de Odivelas, através dos seus órgãos ou agentes, aos serviços cemiteriais, às autoridades de saúde e às autoridades de polícia.

2 - Os serviços cemiteriais reservam-se o direito de poder fiscalizar a utilização dada aos jazigos, cabendo aos seus concessionários, ou seus representantes, facultar essa inspecção.

3 - Quando a fiscalização seja impedida, por acção ou omissão, poder-se-á proceder à mesma, ainda que se torne necessário forçar os respectivos acessos.



## **Artigo 64.º**

### **Competência**

A competência específica para determinar a instrução do processo de contra-ordenação e para aplicar a respectiva coima pertence ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, podendo ser delegada em Vereador, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do presente Regulamento.

## **Artigo 65.º**

### **Contra-ordenações e coimas**

1 - Constituem contra-ordenações as constantes do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na sua redação atual, podendo ser aplicadas as coimas ali previstas.

2 - Constitui contra-ordenação punível com coima mínima de € 100 e máxima de € 2000:

- a) A violação do disposto no número 4 do artigo 14.º, salvo as exceções;
- b) A violação do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 39.º;
- c) O não cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 47.º;
- d) O não cumprimento do disposto nos n.º 1, 3, 4, 5 e 6 do artigo 54.º;
- e) O não cumprimento do disposto no artigo 55.º;
- f) A violação do disposto no artigo 57.º, sem autorização prévia do presidente da Câmara;
- g) A violação do disposto nos n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 59.º;
- h) O não cumprimento do disposto no artigo 62.º;

3 - As infracções ao presente Regulamento para as quais não tenham sido previstas penalidades especiais, constituirão contra-ordenação punível com coima mínima de € 150 e máxima de € 750.

4 - Em caso de reincidência, as coimas serão agravadas para o dobro.

5 - A negligência e a tentativa são sempre puníveis.

6 - A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica do infrator e do eventual benefício económico que este retirou da prática da infração.

## **Artigo 66.º**

### **Sanções acessórias**

1 - Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:

- a) Perda de objectos pertencentes ao agente;
- b) Interdição do exercício de profissões ou actividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
- c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
- d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 - As sanções referidas nas alíneas b) a d) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.



- 3 – No caso de transgressão praticada por agência funerária, poderá esta ser punida com suspensão da sua atividade no Cemitério por períodos de um mês a um ano.
- 4 – Do facto, a verificar-se, será dado conhecimento aos interessados mediante carta registada com aviso de receção.
- 5 - É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima ou sanção a uma agência funerária.

## **CAPÍTULO XVI**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 67.º**

##### **Taxas**

- 1 - As prestação de serviços relativos ao Cemitério Municipal de Odivelas, e todos os atos os atos previstos no presente Regulamento, estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no Município de Odivelas constantes no respetivo Regulamento referente ao ano civil em vigor.
- 2 – São dispensadas do pagamento de taxas as exumações subsequentes à primeira exumação, quando não estejam terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica.

#### **Artigo 68.º**

##### **Dúvidas e omissões**

Todas as dúvidas e omissões que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão apreciadas e resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal.

#### **Artigo 69.º**

##### **Direito subsidiário**

Em tudo quanto não estiver especialmente previsto no presente Regulamento recorrer-se-á ao disposto na legislação em vigor sobre a matéria, às normas do Código de Procedimento Administrativo e aos princípios gerais de direito.

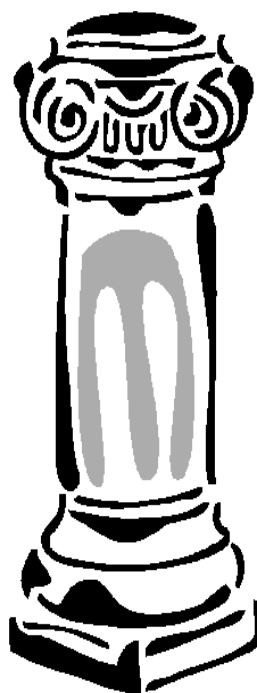
#### **Artigo 70.º**

##### **Entrada em vigor**

Este Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação no Boletim Municipal de Deliberações e Decisões.



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 29 de março de 2017

#### DELIBERAÇÕES

#### CONCURSOS PÚBLICOS

##### **CONCURSO PÚBLICO NA MODALIDADE DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES SERVIÇOS DE LIMPEZA E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS**

Presente para deliberação a “Proposta de Procedimento por Concurso Público para a Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza e Fornecimento de Consumíveis - Agrupamento de Entidades”. O presente concurso público tem como objeto principal a adjudicação de proposta com vista à celebração de contrato tendente à aquisição de serviços de limpeza, com inclusão de consumíveis e contentores asséticos e respetiva manutenção, nas instalações do Município de Loures e do Município de Odivelas. É proposto ainda aprovar o preço base do procedimento, as peças do procedimento, que compreendem o Programa de Concurso e respetivos Anexos, Caderno de Encargos e respetivos anexos, e os elementos do Município de Odivelas para integrarem o júri do concurso, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/2290, de 2017.02.27, aprovada na 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada no dia 8 de março de 2017 (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 6 de 2017, página 9), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

**(Aprovado por maioria)**

##### **CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Presente para deliberação a “Proposta de Abertura de Concurso Público para o Fornecimento de Energia Elétrica a Instalações/Equipamentos Municipais e Instalações de Iluminação Pública em Regime de Mercado Livre”, de acordo com o proposto na Informação n.º

Interno/2017/1489, de 2017.02.06, aprovada na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada no dia 22 de março de 2017 (Presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 7), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos seguintes termos:

1. Abertura do concurso público para fornecimento de energia elétrica a instalações/equipamentos municipais e instalações de iluminação pública em regime de mercado livre;
2. Autorização da despesa no montante de 6.897.832,49€, (seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e dois euros e quarenta e nove cêntimos) acrescido de Iva;
3. Autorização do contrato a celebrar por um período de vigência de 3 anos;
4. Aprovação das peças de procedimento: Programa de concurso e Caderno de Encargos;
5. Aprovação da composição do júri, o qual integrará os membros efetivos e os membros suplentes.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### PONTOS PENDENTES

##### **PASSAGEM DE PONTOS PARA A PRÓXIMA SESSÃO**

Dado o adiantado da hora, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi proposto que os pontos 4 e 5 fossem discutidos numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

PONTO 4 – Desvinculação do Município de Odivelas de Associado da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Oeste Sustentável.

PONTO 5 - Aprovação das Atas da Assembleia Municipal n.ºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, e 22, respeitantes ao ano de 2016.

**(Aprovado por unanimidade)**